



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**MUNICÍPIO DE VASSOURAS**

## Autógrafo

Lei nº 1878

de 18

de outubro

de 2000

Dispõe sobre as **diretrizes orçamentárias** para o exercício financeiro de **2001** e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte**

**LEI:**

### **Disposições Preliminares**

Art.1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art.165, § 2º, da Constituição Federal e art. 4º, inciso I da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2001, compreendendo:

- I – as prioridades e programa de governo da administração pública municipal;
- II – a organização e estrutura dos orçamentos;
- III – as diretrizes para elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI – as diretrizes do orçamento fiscal e da seguridade social;
- VII – as disposições gerais;
- VIII – as disposições finais.

### **CAPÍTULO I**

#### **Das Prioridades e Programa de Governo da Administração Pública Municipal**

Art. 2º - A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2001 destinará recursos, primeiramente, para operacionalização das prioridades e Programa de Governo da Administração Pública Municipal especificados nos anexos de prioridades que integram esta Lei, as quais terão procedência não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
13 Discussão  
APROVADO EM 18.10.2000  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS  
25 Discussão  
APROVADO EM 18.10.2000  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

## **CAPÍTULO II**

### **Da Organização e Estrutura dos Orçamentos**

Art. 3º - O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo conforme estabelecido em Lei Federal até 30 de setembro do corrente exercício financeiro na forma do art. 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e será composto de:

- I – Texto da Lei;
  - II – Consolidação dos quadros orçamentários;
  - III – anexo do orçamento fiscal e do orçamento de seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- §1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários de que se trata o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:
- I – resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica, categoria econômica e segundo as origens dos recursos;
  - II – da fixação da despesa do Município por função, órgão, unidade orçamentária e segundo as origens dos recursos;
  - III – da evolução da receita, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento por fontes, até os quatro anos anteriores ao exercício a que se refere a proposta orçamentária, distinguindo a receita prevista da efetivamente arrecadada;
  - IV – dos recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 173 da Lei Orgânica Municipal;
  - V – dos recursos destinados a saúde, em cumprimento do disposto no art 158, §2º, da Lei Orgânica Municipal;
  - VI – dos recursos destinados ao ensino, nos termos da Emenda Constitucional nº 14/96, de 12 de setembro de 1996, relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF;
  - VII – dos investimentos consolidados nos orçamentos do Município.
- §2º - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:
- I – relatório descritivo do desempenho financeiro do Município nos últimos dois anos e cenário previsto para os exercícios de apresentação e a que se refere a proposta, destacando o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;
  - II – exposição da política econômica e social da administração;
  - III – exposição da estimativa da receita e da fixação da despesa, evidenciando no que se refere ao orçamento de capital;
  - IV \_ demonstrativo dos recursos destinados aos programas de investimentos;
  - V \_ demonstrativo da dívida municipal em contratos e títulos até o último dia do mês imediatamente anterior ao do encaminhamento da proposta orçamentária;
  - VI \_ informação do efeito sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões e benefícios de natureza financeira, creditícia e tributária;
  - VII \_ quadro com o rol dos projetos e atividades programadas;
  - VIII \_ relação das ordens precatórias a serem cumpridas, com a informação das dotações constantes da proposta orçamentária para esta finalidade, indicando ainda,



a origem e o número do processo judicial do precatório, da data do trânsito em julgado da sentença, da expedição, do nome do beneficiário e valor a ser pago, incluindo-se o prazo, no caso de acordo entre as partes e parcelamento.

Art. 4º - A Lei Orçamentária anual abrangerá a programação dos orçamentos fiscal e de seguridade social dos poderes Executivo e Legislativo, abrangendo todos os órgãos, fundos e entidades à eles vinculados.

§1º - A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específica as dotações destinadas:

I - as ações descentralizadas de saúde e assistência social através dos fundos municipais;

II - ao atendimento de ações referentes à alimentação escolar;

III - as despesas com fornecimento de refeições a servidores municipais;

IV - a concessão de subvenções e auxílios financeiros regulamentados através de lei específica;

V - as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

§ 2º - A inclusão de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para atender as despesas de que trata o inciso III do §1º deste artigo, fica condicionada as informações do número limite de servidores a serem beneficiados.

Art. 5º - A discriminação da despesa de que trata o artigo anterior, far-se-á por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional-programática, por categoria de programação, indicando-se para cada uma, no seu menor nível de detalhamento e na forma prevista na Lei 4.320/64:

I - o orçamento a que pertence;

II - o grupo de despesa, segundo a sua classificação, a saber:

a) DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais;

Juros e Encargos da Dívida Pública;

Outras Despesas Correntes.

b) DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos;

Inversões Financeiras;

Amortização e refinanciamento da Dívida Pública;

Outras Despesas de Capital.

Parágrafo único - A proposta orçamentária conterá ainda, dotação de reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida prevista.

### **CAPITULO III**

#### **Das Diretrizes para elaboração dos Orçamentos do Município e suas alterações**

Art. 6º - A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de Lei orçamentária, serão elaborados a preços de julho de 2000, atendidos os pressupostos de estimativa de inflação para o exercício proposto.

Art. 7º - A lei orçamentária para o exercício financeiro de 2001 poderá conter dispositivos para adequar a despesa à receita, em função de efeitos econômicos que decorram da realização de receitas não previstas.



Art. 8º - A abertura de crédito suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei 4.320/64.

Art. 9º - Na elaboração da proposta, na aprovação e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2001, o montante das despesas não poderá ser superior ao das receitas, exceto, quando resultante das disposições do art.129, inciso III, da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único - A despesa com serviços de terceiros dos Poderes, Órgãos e Fundos Municipais, não poderão exceder o percentual da Receita Corrente líquida à do exercício de 1999, conforme disposto no art 72 da Lei Complementar Federal n.º 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 10 - Na elaboração do projeto de proposta orçamentária, não poderão ser incluídas:

I - despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos;

II - despesas à título de Investimentos em regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art.167§3º da Constituição Federal;

III - despesa à título de investimento cuja duração ultrapasse a um exercício financeiro e que não esteja previsto no plano plunianual ou Lei que autorize sua inclusão conforme disposto no art. 167 § 1º da Constituição Federal.

Art. 11 - Na programação dos investimentos dos órgãos da Administração direta e Fundos, serão observados os seguintes requisitos:

I - os investimentos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos;

II - não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotação destinada aos investimentos em andamento e cuja execução tenha ultrapassado o percentual de vinte e cinco por cento até o exercício financeiro de 2000.

III - pagamento a qualquer título, a servidor da administração pública, empresa pública, ou sociedade de economia mista e quaisquer esfera de governo, por serviços de consultoria e assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes, ou instrumentos congêneres, firmados com órgão ou entidades de direito público ou privado.

Parágrafo único - Os serviços de consultoria ou assistência técnica somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da administração municipal, sendo obrigatória a publicação no diário oficial do município, do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação especificando quantitativo, o prazo e custo dos serviços.

Art. 12 - É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicional, de quaisquer recurso do Município para clubes e associação de servidores ou outras entidades congêneres e dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas à entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de Assistência Social - CNAS e as que atendam ao disposto nos artigos 174, parágrafo único e 175 da Lei Orgânica Municipal, desde que, hajam sido contempladas por Lei específica.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no "caput" do artigo, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, firmado por autoridades locais, emitida no exercício de 2001, comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria e apresentar relatório de atividades desenvolvidas no exercício imediatamente anterior.



§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - Incluem-se nas disposições deste artigo, as despesas dos Fundos Municipais.

Art. 13 - As receitas próprias das entidades mencionadas no art. 11, serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

Art. 14 - O relatório bimestral de que trata o art. 114 da Lei Orgânica Municipal, deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 15 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso por decreto até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal**

Art. 16 - A Lei Orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente da dívida pública municipal, observados os termos dispostos na Legislação Federal aplicável à espécie.

#### **CAPÍTULO V**

##### **Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais**

Art. 17 - As despesas com custeio de pessoal deverão ser adequadas ao estabelecido na Lei Complementar n.º 101 de 04 de março de 2000, em consonância com o disposto no art. 202 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações subsequentes que vierem a regulamentar a matéria.

Parágrafo único - Na elaboração da proposta orçamentária, a base de cálculo para a estimativa de pessoal e encargos sociais será o gasto efetivo com a folha de pagamento do mês de julho de 2000, incluindo-se os acréscimos ou reduções legais previstos na legislação federal aplicável.

Art. 18 - Com a proposta orçamentária, será encaminhado quadro demonstrativo contendo o quantitativo de pessoal efetivo e estável por unidade administrativa da estrutura básica dos órgãos da administração pública, discriminando o nível de escolaridade e a remuneração (remuneração base, benefícios diretos e indiretos, gratificações, incorporações, e etc.), incluindo-se, relação de inativos e pensionistas e os cargos em comissão e funções gratificadas existentes, com seus respectivos valores remunerativos.

Parágrafo único - A administração municipal encaminhará ao Poder Legislativo para aprovação, até 31 de dezembro de 2000, Plano de Cargos e Salários, contendo o quantitativo de pessoal necessário a execução das atividades administrativas municipais, para posterior preenchimento mediante concurso público na forma disposta na Legislação federal aplicável, de conformidade com os valores atribuídos previstos na proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2001.



## **CAPÍTULO VI**

### **Das Diretrizes do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social**

Art. 19 – O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações na área de saúde, previdência e assistência social, conforme definido na Lei Orgânica Municipal e conterà, dentre outros, com recursos provenientes das demais receitas próprias dos Órgãos e Fundos que integram exclusivamente esse orçamento.

Art. 20 – O orçamento da seguridade social, discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União e do Estado para o Município, para a execução descentralizada das ações de saúde e de assistência social.

Art. 21 – Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão as dotações destinadas a atender as prioridades dos anexos que integram esta Lei, observadas as seguintes disposições:

I – na elaboração da lei orçamentária, a programação de despesas nas funções saúde e saneamento equivalerá à no mínimo, quinze por cento, do total dos recursos do tesouro municipal, dos quais, dez por cento, corresponderão à dotações orçamentárias destinadas às atividades e projetos da Secretaria Municipal de Saúde conforme estabelecido no art. 158, § 2º da Lei Orgânica Municipal;

II – do total da arrecadação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, destinar-se-á um por cento para custeio de manutenção do convênio de serviços de assistência técnica e extensão rural junto a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – Emater Rio.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das Disposições Gerais**

Art. 22 – As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária efetuadas pelo Poder legislativo observarão ao disposto no art. 121 § 1º da Lei Orgânica Municipal e deverão ser processadas pela Câmara Municipal na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 23 - Através da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo atenderá as solicitações encaminhadas pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal, relativa as informações, demonstrativos e dados quantitativos e qualitativos sobre valores constantes da proposta orçamentária.

Art. 24 - De conformidade com o estabelecido no art. 123 §2º da Lei Orgânica Municipal, o Prefeito Municipal poderá enviar Mensagem à Câmara Municipal propondo modificações do Projeto de Lei Orçamentária, enquanto não haver sido iniciada a votação da parte que se pretenda alterar.

Art. 25 - Se o Projeto de lei orçamentária não houver sido aprovado e encaminhado para sanção no prazo previsto na legislação federal, será promulgado pelo Prefeito como Lei.

Parágrafo único – No caso do projeto de lei orçamentário ser rejeitado pela Câmara Municipal, prevalecerá para o exercício de 2001, o orçamento em curso, procedendo-se a atualização de valores, observado o índice de variação de preços – IVP anual determinado pelo Governo federal.



Art. 26 - Respeitadas as disposições do art. 17 parágrafo único desta Lei, a concessão de vantagens e reajustes de remuneração, criação de cargos e mudanças de estruturas de carreiras e admissão de pessoal, ficam condicionadas à disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 27 - A prestação de contas anual do Prefeito incluirá relatório de execução na forma e com o detalhamento apresentado pela Lei orçamentária anual e seus anexos, relatório de créditos adicionais abertos e demais demonstrativos incluídos na legislação específica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e na Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

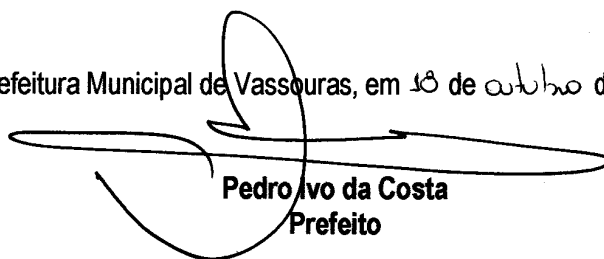
Art. 28 - Os decretos de abertura de créditos suplementares mediante cancelamento total ou parcial de dotações, autorizados pela lei orçamentária anual, serão publicados com exposição dos motivos que inclua a justificativa e indicação dos efeitos dos cancelamentos sobre a execução dos projetos e atividades atingidos.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **Das Disposições Finais**

Art. 29 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, produzindo porém efeitos a partir de 1º de janeiro de 2001.

Prefeitura Municipal de Vassouras, em 18 de outubro de 2000.

  
**Pedro Ivo da Costa**  
Prefeito





*Prefeitura Municipal de Vassouras*  
*Estado do Rio de Janeiro*

**ANEXO I**

**I – ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

- 01 – Revisão e atualização da remuneração dos agentes políticos municipais; Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nas condições previstas em lei;
- 02 – Manutenção e Operacionalização das Unidades Administrativas do Município;
- 03 – Manutenção dos Serviços de Processamento de Dados relativos às áreas de protocolo, tributação, arrecadação, contabilidade, administração de pessoal e Patrimônio;
- 04 – Manutenção de veículos e máquinas operatrizes do Município;
- 05 – Concessão de Vale-Transporte aos Servidores Municipais;
- 06 – Manutenção do serviço de divulgação dos atos administrativos municipais;
- 07 – Manutenção do serviço de pagamento da dívida contratada junto aos órgãos previdenciários federais (INSS e FGTS);
- 08 – Aquisição de material permanente e equipamentos (mobiliário, veículos, máquinas e artigos de escritório);
- 09 – Manutenção dos pagamentos do parcelamento da dívida contratada junto a Light – Serviços de Eletricidade S/A;
- 10 – Manutenção do pagamento de precatórios ordenados por autoridade judicial;
- 11 – Manutenção do fornecimento de refeições a determinado número de servidores municipais;
- 12 – Aquisição e desapropriação de imóveis de interesse do Município;
- 13 – Manutenção da Controladoria Geral do Município;
- 14 – Realização de Concurso Público para admissão de servidores e implantação do Plano de Cargos e Salários;
- 15 – Manutenção da cobrança da dívida ativa municipal através da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil;
- 16 – Treinamento de Recursos Humanos (Participação de cursos de aprimoramento e reciclagem do servidor municipal).

**II – POLITICA EDUCACIONAL, CULTURAL E DESPORTIVA**

- 01 – Construção, ampliação e reforma de Creches para atendimento da criança de 0 a 06 anos de idade;
- 02 – Manutenção do ensino pré-escolar;
- 03 – Manutenção do ensino do primeiro grau;
- 04 – Construção, ampliação e reforma de Unidades Escolares para atendimento ao pré-escolar e primeiro grau;
- 05 – Construção e reforma de quadras poliesportivas e parques infantis para a prática de esportes e lazer;
- 06 – Ampliação e reforma do Estádio Municipal "Emani do Amaral Peixoto";





*Prefeitura Municipal de Vassouras*  
*Estado do Rio de Janeiro*

- 07 – Participação e realização de Jogos Escolares através de competições de várias modalidades desportivas, visando a integração do meio estudantil municipal;
- 08 – Realização mediante convênio do Programa Dinheiro Direto na Escola;
- 09 – Promoção de atendimento educacional à deficientes através de transferência de recursos à Sociedade Pestalozzi;
- 10 – Distribuição de material didática à alunos da rede municipal de ensino;
- 11 – Aquisição e distribuição de merenda escolar e serviços correlatos conveniados;
- 12 – Concessão de Vale-Transportes aos professores da rede municipal de ensino;
- 13 – Treinamento de recursos humanos (realização de cursos de reciclagem do magistério municipal);
- 14 – Participação, promoção e realização de eventos e atividades culturais;
- 15 – Aquisição de material permanente e equipamentos (mobiliário, veículos, máquinas e equipamentos de uso escolar);
- 16 – Aquisição e distribuição de uniformes e materiais desportivo aos alunos da rede municipal de ensino;
- 17 – Manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF;
- 18 – Participação, promoção e realização de eventos e atividades desportivas de interesse do Município.

### III – TURISMO

- 01 – Promoção, realização e participação em eventos turísticos de quaisquer natureza;
- 02 – Ampliação e manutenção do Parque de exposições, eventos e lazer (Parque Eco-Turístico do Trabalhador)

### IV – DESENVOLVIMENTO URBANO, SOCIAL E ECONÔMICO

- 01 – Manutenção dos serviços de limpeza publica;
- 02 – Aquisição de equipamentos e material permanente destinados ao serviço de limpeza publica;
- 03 – Manutenção dos serviços de iluminação de vias, logradouros e prédios públicos;
- 04 – Construção, ampliação, reforma e manutenção de praças e jardins do Município;
- 05 – Aquisição e distribuição de uniformes completos aos trabalhadores em serviços nas vias e logradouros públicos, parques, jardins e garagem municipal;
- 06 – Obras diversas de saneamento ambiental (galerias, esgotos e rede coletora);



*Prefeitura Municipal de Vassouras  
Estado do Rio de Janeiro*

- 07 – Construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda;
- 08 – Obras gerais de contenção de encosta (construção de muros de arrimo);
- 09 – Pavimentação e drenagem de diversas ruas do Município (Sede e Distritos);
- 10 – Canalização de rios e córregos (obras emergenciais de defesa contra inundações);
- 11 – Realização de obras de infraestrutura básica para o advento e desenvolvimento de atividades produtivas (construção de mercado do produtor);
- 12 – Participação e promoção de festas populares e exposições de quaisquer natureza;
- 13 – Publicidade informal das promoções festivas e de investimentos de natureza econômica promovidos pelo Município;
- 14 – Promoção de apoio ao setor rural através de concessão de auxílio financeiro à Emater, mediante manutenção de convênio;
- 15 – Ações de Reflorestamento;
- 16 – Construção de centros comunitários para assistência as comunidades carentes;
- 17 – Transferência de recursos para entidades beneficiadas por Lei específica;
- 18 – Manutenção de Convênios de cooperação técnica firmado com o SEBRAE/RJ para implantação e execução do PRODER – Programa de Emprego e Renda.

**ANEXO II**

**SEGURIDADE SOCIAL**

- 01 – Manutenção do atendimento à saúde da população através da transferência de recursos para o Fundo Municipal de Saúde;
- 02 – Manutenção e operacionalização das Unidades de saúde através do Fundo Municipal de Saúde;
- 03 – Manutenção e operacionalização do Fundo Municipal da Saúde;
- 04 – Manutenção do serviço de proteção e defesa da criança e do adolescente;
- 05 – Implantação das ações básicas de saúde;
- 06 – Manutenção dos pagamentos de aposentadorias e pensões;
- 07 – Construção, ampliação e reforma de Unidades de Saúde.
- 08 – Transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social;
- 09 – Manutenção do Conselho Tutelar do Serviço de Proteção da Criança e do Adolescente.